

Ata da Assembleia Geral Ordinária- Dia: 1 de setembro de 2016 Início: 8h46 em segunda chamada. Local: **SEPAKOM – Casa de Participação Comunitária, sita à Av. Rei Alberto I, nº119 – Ponta da Praia – Santos – SP.**

PARTICIPANTES: Verificação conforme lista de presença anexa. Justificaram ausência os seguintes conselheiros: Carlos Mota, representante da Secretaria de Defesa da Cidadania e Mônica Travesso Ferreira, representante da Secretaria de Educação. Iniciada a reunião o Vice Presidente Sr. Edmir Nascimento cumprimenta aos presentes e coloca em pauta o **Item 1 – Apreciação e deliberação da Ata da Assembleia Geral Ordinária (AGO) de agosto-** Será apreciada na próxima AGO, tendo em vista não ter sido finalizada. **Item 2 – Apreciação e deliberação da alteração da minuta da Resolução Normativa N° 291/2016 – CMDCA que regulamenta a instalação e o funcionamento da Comissão Infanto Juvenil do CMDCA:** o Sr. Wilson Bregochi, assistente social deste CMDCA explica que a Comissão está num processo de construção e que a Resolução vigente prevê eleições em maio. Neste primeiro momento está complicado para fazer a mobilização dos adolescentes bem como elaborar regimento interno e por esta razão se resolveu não colocar um prazo para a eleição. A proposta é que a eleição aconteça agora em outubro e neste sentido está sendo feita a mobilização. Relata que infelizmente as entidades não estão participando. Assim sendo, a mudança proposta é no Artigo 5º cuja redação atual é “ O processo de escolha dos representantes da CIJ dar-se-á no mês de maio a cada dois anos, em local designado pelo CMDCA.” e passa a ter a seguinte redação “ Artigo 5º - O processo de escolha dar-se-á a cada dois anos, e será disciplinado pelo CMDCA”. **APROVADO . Item 3- Apreciação e deliberação de recursos financeiros para a realização do evento alusivo a “Semana Destinação Criança e Gesto Concreto:** Proposto e aprovado o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). **Item 4- Recomposição da Corregedoria do Conselho Tutelar:** Edmir informa que existe processo de reformulação da lei encaminhado pelo CMDCA e a secretária Helenice Fontes Alves, representante da Secretaria de Defesa da Cidadania complementa que o processo está sob análise da Procuradoria do município. Luana Itagyba, conselheira tutelar da Zona Noroeste questiona se está previsto advogado para dar apoio a corregedoria. Helenice responde que nesse momento ela e Dr. Bley apoiarão, caso haja demanda. Luana diz que “*é necessário ter advogado na corregedoria pois os membros do órgão, conforme entendimento do Colegiado Geral, são pessoas sem conhecimento jurídico e quando o problema cai no colo, tem dúvidas homéricas, e cometem erros podendo assim prejudicar os conselheiros, não tem proteção*”. Complementa que “*as atitudes devem ser embasadas no que é decidido no Colegiado Geral e não dá para um conselheiro ficar julgando o outro pois quebra o colegiado e isto está contra a vontade dos conselheiros tutelares pois tem a COMINQ- Comissão de Inquérito para isso*”. Fala que hoje estão nesta assembleia contra suas vontades para recompor a Corregedoria. Se não tem um órgão específico na Administração que seja a COMINQ – Comissão de Inquéritos. Luci Freitas pede a palavra e diz que deve existir uma estrutura e regimento interno da corregedoria. Edmir responde que isso tem. Luci diz que tudo que precisam tem que ficar recorrendo a Sra. Helenice ou Dr. Bley. Edmir relembra que a atual corregedoria foi uma barganha dos conselheiros tutelares da época para ter os direitos de férias e décimo terceiro. Ou seja, é uma lei aprovada pelos próprios conselheiros tutelares do mandato anterior. O que se coloca é uma decisão paliativa uma vez que existe a cobrança por parte do Ministério Público de recompor com base na lei vigente e cujo prazo de resposta vence hoje. Enquanto não sair a lei, seria uma paliativo. Luana Carolina Itagyba de Maria, conselheira tutelar da Zona Noroeste reforça que este formato é inviável pois “*quem julga são entidades do CMDCA as quais o Conselho Tutelar fiscaliza*”. Cabe à Administração conduzir esse processo. Roselaine Florencio da Gama conselheira tutelar do centro diz que os conselheiros, em reunião colegiada, não concordaram em recompor a corregedoria e se sentiram forçados a indicar representante. Taís Aguiar diz que precisa se fazer uma ressalva ao que o Sr Edmir coloca pois na época a intenção da corregedoria era outra. “*O colegiado da época jamais pensou que a corregedoria teria a interpretação que teve na prática. Era para acertar das práticas administrativas e não pra ficar apontando os erros dos conselheiros e era pensando numa comissão de ética para o fortalecimento da instituição*”. Edmir reforça que o problema se deu pois “*o assunto que não fosse resolvido na base do Conselho Tutelar, deveria ser tratado no colegiado geral antes de ser levado a corregedoria e aí acabou que um conselheiro ficava denunciando o outro*”. Luana diz que teve grandes problemas quanto a quebra do Colegiado Geral e diz que “*quando o corregedor eleito pela base se declarar suspeito por ser amigo de um determinado conselheiro, quer ver o que vai acontecer.*” Após alongada discussão sobre o assunto e tendo em vista que nenhum conselheiro de direito quer compor

o órgão, o Sr. Edmir decide fazer um sorteio entre os conselheiros presentes. No entanto, essa proposta não teve o apoio da assembleia. Helenice reforça que a recomposição da Corregedoria “*é um ato que independe da vontade dos conselheiros de direitos e tutelares mas um cumprimento de determinação do Ministério Público haja vista a lei estar vigente*”. Dra. Adriana Jandelli, representante da Associação Leda faz uma crítica ao processo todo e diz “*que agora está voltando isso com uma determinação*”. Fala que “*em alguns casos específicos não deu pra segurar a bronca pois a parte contrária que estava na defesa foi muito mais forte do que a corregedoria*”. Aponta ainda que “*a assessoria da corregedoria foi fraca, falha e não conhecia a lei e não seguraram a bronca e correram para o Ministério Público*”. “*Aqui há expertise da rede de atendimento mas não expertise técnico jurídica*.” Finaliza dizendo que a corregedoria vai acabar de novo e as pessoas com medo por, eventualmente, responder ação civil pública. Roselaine, conselheira tutelar do centro diz que “*o conselheiro não tem conhecimento jurídico para isso e precisa que o órgão específico ou a Cominq faça isso*”. Adriana Jandelli reforça que se coloque na Lei que haja advogado. Edmir responde que a lei está pronta. Adriana diz que o Ministério Público deveria saber sobre a lei que está tramitando e complementa que o Promotor Dr. Carmelo também “*não segurou a bronca*”. Edmir rebate essa colocação e informa que houve reunião com o Dr. Carmelo sobre o projeto de lei e o mesmo deu 6 (seis) meses de prazo que venceu em junho e depois prorrogou por mais 2(dois) meses e agora não tem mais prazo. Precisa consignar nesse projeto de Lei que “*tem que ter pessoa com conhecimento jurídico*.” Adriana diz que a lei não anda e precisa se resolver isso e chamar a imprensa. Adriana diz que a corregedoria da forma que ficou na segunda fase escancarou sua fragilidade. Helenice contradiz pois “*desde o início é sabido que a corregedoria nos moldes da lei já era frágil, como a prática comprovou*.” Continuando na tentativa de recompor a corregedoria o Vice Presidente Edmir pontua que os conselheiros de direitos e tutelares “*sabem que devem compor a corregedoria, uma vez que a lei está vigente, até que outra venha substituí-la*”. Adriana Jandelli diz que “*não é obrigação de ninguém compor a corregedoria*”. Edmir contrapõe que é uma obrigação do conselheiro de direito compor as câmaras ou a corregedoria. Adriana reforça que ser conselheiro é voluntário e não há nenhuma obrigação. Edmir contesta e enfatiza que é sim uma obrigação a partir do momento que é nomeado. Rose Mary Marthinho Carvalho, representante da SEDUC diz que a partir do momento que como conselheira de direito é obrigada a compor uma corregedoria vai pedir pra não ser representante da SEDUC pois não se sente capaz e não é ético ficar julgando conselheiro e enquanto educadora tem que trabalhar em parceria. Os representantes das três bases dos conselhos tutelares presentes decidiram não compor a corregedoria por deliberação do seu colegiado. Diante da polêmica acerca do assunto em que os conselheiros de direitos mais uma vez reforçam não querer compor a corregedoria, o presidente colocou para deliberação da assembleia a qual decidiu informar ao Ministério Público que não irá indicar representantes. Adriana Jandelli fala que “*estávamos numa experiência que não atendeu aos nossos desígnios e que há dois anos atrás quando saiu do CMDCA já havia uma proposta de adequação da lei e até agora não houve alteração*”. Que se reivindique o encaminhamento da proposta ao legislativo. **A Assembleia deliberou por oficial ao Ministério Público que este CMDCA não irá recompor a corregedoria e que deverá ser cobrado da Administração Municipal a aprovação da lei criando a Comissão Processante dos Conselhos Tutelares, com a participação de advogados da prefeitura.** Rose Mary, representante da Seduc complementa que se fizer alguma coisa errada na Corregedoria por falta de conhecimento jurídico vai acabar respondendo na COMINQ um processo de inquérito administrativo e não vai jogar seus anos de prefeitura, por ser cobrada de algo que não tem conhecimento o que é diferente se cometesse algo no exercício de sua função na supervisão de ensino. Luana, conselheira tutelar da Zona Noroeste pede que seja consignado o que foi estabelecido em reunião de colegiado que conste em documento do Ministério Público e ao jurídico da Prefeitura de que “*não querem a quebra do colegiado e o órgão disciplinar mencionado no projeto de lei deve ser composto por funcionários da prefeitura com formação jurídica*”. **Item 5: Indicação de representantes do CMDCA para compor o Comitê Gestor Intersectorial para o Desenvolvimento Integral da Primeira Infância:** A assembleia aprovou os nomes do Sr. Edmir Nascimento, representante da UACEP – União de Amparo à Comunidades de Escolas Públicas, como titular e Fernanda de Souza Santos, representante da entidade Pró-Viver Obras Assistenciais, como suplente. **Item 6- Relatos dos representantes dos Conselhos e Comissões: Comissão de Monitoramento dos Planos:** não houve reunião. Coemara Hori de Oliveira informa que amanhã, 02/09 às 14h, nesta

SEPACOM, a Secretaria de Saúde vai apresentar os dados sobre o Plano Decenal; **CM-PETI- Comissão de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil:** A Sra. Viviane Aparecida, representante do CAMPS- Centro de Aprendizagem e Mobilização Profissional e Social e coordenadora da Comissão informou que foi definido o calendário com reuniões itinerantes sendo a primeira no CAMPS, depois CIEE- Centro Integrado Empresa Escola e ISBET- Instituto Brasileiro Pró Educação, Trabalho e Desenvolvimento,. Para o ano de 2017 foi estabelecido participação nos equipamentos da SEAS. Relata a devolutiva sobre reunião com o procurador Marco Aurélio referente as empresas em cumprimento ao Decreto Federal nº 8740, de 04 de maio de 2016 e unidades formadoras. Na próxima reunião da Comissão vão discutir as campanhas para o dia das crianças e finados. Estão preparando material de divulgação da comissão. Houve reunião sobre 0800 com a Rosana Russo, Secretária de Assistência Social e o Secretário de Segurança Cel. Sérgio Del Bel na qual se estabeleceu a criação de um instrumental. O 0800 não recebe ligação a cobrar devido ao tipo de serviço que não permite. A secretária Helenice faz a leitura da resposta do DEAT- Departamento de Administração e Transportes, da Secretaria de Gestão acerca do solicitado pelo CMDCA no Ofício 89/2016 de que foi efetuado o desbloqueio do 0800. Viviane Aparecida, do CAMPS explica que foi feita apresentação dos dados mapeados sobre a demanda. Edmir diz que na reunião dos CMDCAS da Baixada, os presidentes se inteiraram do trabalho infantil migratório e deliberaram que as Secretarias de Assistência Social enviem a relação para os gestores dos municípios e aos CMDCAS. Foi decidido que os Conselhos Tutelares tomem conhecimento e enviem aos conselhos tutelares dos demais municípios. Rejane Fonseca, Chefe do Departamento de Proteção Especial esclarece que já é enviado ao Promotor e às Secretarias de Assistência Social dos municípios. Diz que não há problema enviar relatório mas fica a preocupação de que o técnico seja “bombardeado” para ficar fazendo relatório para promotor, e todos esses atores, ou seja, o desdobramento dessa listagem e não conseguir dar conta. Explica que quando fazem a listagem e enviam para a SEAS há um procedimento interno dos CRAS e CREAS. Não há problema passar a lista que vai ser inserida no SIPIA mas sim as cobranças. A Sra. Roselaine, conselheira tutelar do Centro diz que o conselheiro vai acompanhar junto com a SEAS. Rejane expõe a preocupação de ficarem toda hora cobrando do técnico esses relatórios. Taís Aguiar diz que quando foi trazido os 144 casos identificados o Plano estabelece que deve ser encaminhado à Comissão e ao Conselho para acompanhamento, se houve violação de direito e isso não está acontecendo. Edmir diz que foi acordado entre o Cel. Sérgio Del Bel, Secretário Municipal de Segurança e com Rosana Russo, Secretária de Assistência Social que se amplie a equipe de abordagem. Aprovado oficial ao Executivo e Legislativo incluir na LOA recursos para a Assistência Social destinados a ampliação da equipe de abordagem. Taís informa que a capacitação para o pessoal que trabalha no atendimento do 0800 será realizada pela SEAS - Secretaria de Assistência Social. **CEVISS- Comissão de Enfrentamento à Violência Sexual Infante Juvenil:** foi criada subcomissão para rever o plano e as questões do atendimento pela Delegacia da Mulher que está revitimizando, a espera dos casos na delegacia, agendamento de reunião com o delegado geral da Polícia para acertar o atendimento no que se refere a prioridade absoluta, a qual não é cumprida. A conselheira tutelar da Zona Leste Elen Miranda fala que recebeu ofício do Promotor informando sobre reunião com a Delegacia da Mulher, Delegacia da Polícia Federal, Rosana Russo- Secretária de Assistência Social e que foi dito não ser possível fazer Boletim de Ocorrência do caso pois a delegada exige a presença da criança. Elen relata que o Conselho Tutelar apontou essa questão como traumática para a criança. A Sra. Roselaine, conselheira tutelar do Centro diz que no bairro do Caruara ocorreu a mesma coisa e informou ao promotor que a criança não quis ir mas a delegada exigiu a presença. A Sra. Rejane Fonseca complementa que também participou dessa reunião e diz que essa questão do depoimento sem dado é atribuição do Judiciário. Relata que a delegada informou que anteriormente havia equipe técnica mas aposentaram e não houve reposição. Hoje o serviço é precário para fazer esse trabalho de tentar colher prova da criança. Reforça que isso não é competência do CREAS, mas sim garantir direito. Quem colhe provas é o Judiciário e cabe ao mesmo dotar de estrutura. A Justiça Federal é a mesma coisa, não tem estrutura ou seja, pessoas capacitadas e especializadas nessa questão. O trauma do abuso por ter que prestar depoimento se configura um problema de saúde para o qual é necessário também envolver outras políticas. Precisa se pensar e agir em rede. Concluiu informando que o Dr. Carmelo, Promotor da Infância e Juventude agendará nova reunião com a equipe técnica do Forum juntamente com a Secretaria de Saúde e posteriormente outra reunião ampliada com todos. Taís Aguiar fala que infelizmente a subcomissão foi criada mas não foram trazidos os

16
17
18
19

158 dados. Na reunião com a sra. Rosana Russo, Secretaria de Assistência Social, a mesma ligou pedindo os
159 nomes no mesmo dia e Taís efetuou ligações ao conselho mas os nomes não chegaram. Ou seja, se traz a
160 demanda, tem que se trazer os dados. Se o conselho tutelar atende logo o dado existe e está lá. Edmir diz
161 que pediu para a Sra. Alessandra, assessora do Promotor da Infância envolver a CEVISS nessa discussão,
162 bem como o Delegado da Polícia Federal. Ana Lúcia Rezende, representante da Secretaria de Cultura
163 solicita o registro que as conselheiras tutelares do Centro, presentes nesta assembleia, não tem
164 conhecimento do que foi tratado na reunião e isso demonstra que os conselheiros não se conversam pois
165 caberia ao conselheiro tutelar que participou compartilhar a informação com seus pares. **Comissão de**
166 **Mediação do Conselho Tutelar** - Edmir informa que a reunião ocorreu no dia 28/08 e foi tratado que a
167 Polícia Militar deve comunicar ao Conselho Tutelar quando o adolescente estiver usando entorpecente e for
168 abordado. Discutiu-se ainda sobre o aumento da evasão de crianças da Santa Casa e foi dito que a
169 pediatra pede para a criança ficar internada e a mãe, desconsidera a orientação médica e leva a criança
170 embora. Exemplo criança que bate a cabeça e precisa ficar em observação 72 horas e a mãe por ter
171 outros filhos não quer ficar no hospital. Precisa conversar novamente com a Santa Casa para reavaliar. A
172 conselheira tutelar da Zona Leste Elen Miranda cita como exemplo uma situação em que uma criança que
173 tem atendimento na UPA e está no soro. O pai decide levar para um hospital particular e acaba que isso não
174 é registrado e assim é dado como evasão.
175 **Comissão Prefeito Amigo da Criança** – foi recebido ofício da Fundação ABRINQ sobre “XVI Encontro
176 Anual Rede Nossas Crianças”, no dia 21/09/2016 e o Sr. Edmir participará como representantes deste
177 Conselho. Ed Carlos, funcionário do Departamento de Articulação falará no EVENTO enquanto
178 Coordenador de Informações do Mapa Prefeito Amigo da Criança e as Boas Práticas e Experiência de
179 Santos. A conselheira Fernanda, representante da Pró Viver Obras Assistencias relata que Fundação
180 ABRINQ informou que quem participaria já estava fechado e seria o Sr. Edmir e questiona como a
181 Fundação sabia o nome do Edmir ou quem indicou, ressaltando não haver questionamento quanto a
182 participação do Sr. Edmir mas a forma como foi feito pela Abrinq. Ed Carlos diz que apenas sugeriu o nome
183 do Edmir. Luci Freitas diz o conselho é autônomo e não quer fazer crítica apenas questiona como as
184 coisas são feitas e isso é uma ingerência no Conselho. Helenice Alves informou que o evento é aberto e
185 qualquer um pode participar. Deliberado que o Sr. Edmir irá no evento como representante do CMDCA.
186 Edmir informa sobre a FICAI – Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente e haverá reunião entre os
187 Conselhos Tutelares juntamente com Câmara de Legislação e Planejamento para discutir a Resolução
188 Normativa. Ficou agendada para dia 20/09, às 14h na SEPACOM. **Comissão Vivaleite** – Adriana Jandeli
189 informa que estão aguardando os relatórios para a NIS- Número de Inserção Social e solicita que a sra Taís
190 Aguiar possa ir juntamente com ela na visita aos pontos de entrega do leite. Aprovado. **Ítem 7- Relatos da**
191 **Diretoria Executiva:** a secretaria Helenice Fontes Alves informa que foi recebido ofício do Ministério
192 Público se o conselho tinha conhecimento acerca do atraso na distribuição do material escolar ao que a
193 diretoria respondeu não ter conhecimento. A Conselheira Rose, representante da SEDUC aproveita para
194 esclarecer que o material é distribuído primeiramente na Rede e posteriormente às entidades. Foi definido
195 que Edmir, Helenice e Wilson farão visita na entidade Tia Egle; Capacitação dos Conselheiros Tutelares -
196 Taís fará a interlocução com Maurício Zomignani e Dr Mello para finalizar o processo, bem como definir o
197 tema; formato do edital será levado às Câmaras para discussão; apresentação dos projetos das entidades
198 ocorrerão após o período eleitoral; foi recebido relatório do Conselho Tutelar e se definiu que a Câmara de
199 Planejamento analise e que o Conselho apresente posteriormente; retomar discussão com os prontos
200 socorros sobre criança que chega alcoolizada; Ofício da Câmara nº 7857/2016 sobre consumo de álcool
201 por adolescentes e foi respondido que o CMDCA está participando de ação conjunta coordenada pelo
202 Gabinete do Vice Prefeito; retomada do SIAS – Sistema Integrado de Atendimento Social : reiterar ao
203 DEARTI para resgatar o sistema conforme deliberado pela Comissão de Monitoramento do Plano Decenal.
204 Foi enviado ofício ao DEARTI em maio e até o momento não houve providência. Ofício nº 4650/2016 MP
205 sobre Capacitação no SIPIA dos conselheiros tutelares. Helenice está mantendo contato a Secretaria
206 Direitos Humanos em Brasília para acompanhar as providências quanto a migração dos dados para o novo
207 sistema e informa que além das questões técnicas tem as limitações orçamentárias decorrentes do
208 momento atual político e de mudanças nos ministérios. Helenice informa que no momento o sistema antigo
209 ficará aberto para consulta e o novo para “novos” procedimentos; Resposta ao Processo Administrativos nº

21

22

23

24

210 31202/2016-15 acerca das ações do Plano Decenal inseridas na LOA; Ofício recebido da Defensoria sobre
211 as visitas à Fundação Casa, informando que o defensor Dr. Thiago está afastado e Dra. Paula Barbosa
212 Cardoso foi indicada para fazer as visitas conforme as possibilidades; MEMO-SEDUC sobre Acórdão
213 0032375-37.2011.8.26.0562 -2a. Vara da Fazenda Pública por barulho excessivo em escola municipal -
214 Cessar uso de instrumentos musicais durante a semana e fina de semana. Dra Adriana Jandelli que a ação
215 é específica em relação aquela escola e não para todo o município. A SEDUC resolveu adotar para todas;
216 Ofício Concidadania substituindo Marly Carvalho por Maria Fernanda Portolani; Matérias do Jornal “A
217 TRIBUNA” trazidas por Luci Freitas que falam de projetos que recebem recursos do FMDCA e que não
218 houve a publicação da logomarca do Conselho. A Sra. Coemara esclarece que a SECOR faz a
219 intermediação com a mídia local sobre as matérias veiculadas bem como acerca da logomarca do CMDCA
220 em projetos que contam com recursos do FMDCA. Marise, representante da entidade Gota de Leite,
221 esclarece que falou com a jornalista que fez a matéria mas não colocaram a logomarca do CMDCA e não
222 tem como cobrar isso do jornal pois foi mídia espontânea. **Ítem 8- Relatos das Câmaras Setoriais:**
223 **Relações Públicas:** Luana Li Yi Ng , representante da Secretaria Municipal de Segurança fala sobre o
224 evento Destinação Criança e vão abrir edital para as entidades indicarem suas atividades com as quais
225 participarão. Salienta que cada entidade é responsável por sua atividade. Será solicitado ao DEARTI a
226 estrutura para a destinação/boletos no período de 21 a 28/11 no Paço Municipal ou em algum Shopping.
227 Também haverá exposição de fotos dos trabalhos desenvolvidos pelas entidades. Houve reunião com
228 representantes da Receita Federal e foi solicitado verificar a possibilidade de fazer evento com empresários
229 mas aguarda definição do delegado. **Câmara Financeira:** Paulo Paim de Campos informa que a Câmara se
230 reuniu dia 16/08. Esclarece que o Tribunal de Contas solicitou o projeto da ONG Concidadania para análise.
231 O saldo em 31/08/2016 é de R\$ 3.112.724,38 (três milhões, cento e doze mil, setecentos e vinte e quatro
232 reais e trinta e oito centavos). **Câmara de Planejamento** _ não se reuniu. **Câmara de Legislação** – se
233 reuniu dia 15/08 e foi discutido a indicação para a Comissão Intersetorial da Primeira Infância; fez as
234 alterações na Resolução da Comissão Infanto Juvenil e analisou a questão do CDC- Certificado de
235 Captação e este ficou prejudicado pois conforme entendimento da Dra. Adriana Jandelli trata-se de recurso
236 público e que não possibilita ao contribuinte escolher para qual entidade destinar. Analisou a proposta do
237 observatório e deliberou que se oficie ao Executivo para que dê a equipe técnica de acordo com o que está
238 na Lei do Plano Decenal nº 3119/2015. **Ítem 9- Assuntos Gerais:** Luci Freitas solicita que se faça uma
239 reflexão sobre a matéria do jornal “A Tribuna” de 27/08/2016 cujo tema é “Mais da Metade dos jovens já
240 bebeu”, com base em dados da Pesquisa Nacional de Saúde Escolar do IBGE – Instituto Brasileiro de
241 Geografia e Estatística. A referida pesquisa foi realizada junto aos adolescentes do 9º ano do ensino
242 fundamental e 22,4% declarou ter ficado embriagado ao menos uma vez. Viviane Aparecida, do CAMPS
243 relata denúncia sobre jovem que recebeu telefonema para comparecer na entidade. Esse jovem teria ido a
244 uma outra entidade que se diz parceira do CAMPS, localizada na Rua Gal. Câmara nº 8, em Santos, e que
245 diz encaminhar para o mercado de trabalho e cobra R\$40,00 (quarenta reais) dos adolescentes. Viviane diz
246 que isto é uma fraude e que não existe tal parceria e que os jovens que passam pelo processo de
247 aprendizagem profissional do CAMPS não é cobrado nada. Então quando soube que o jovem estava sendo
248 lesado resolveu fazer a denúncia. A Sra. Taís Aguiar se prontificou a fazer a visita. Esta assembleia
249 deliberou que se faça uma matéria nos jornais de grande circulação para orientar a população sobre essas
250 práticas que acabam iludindo os jovens. Faz parte desta ata, um suporte magnético com a gravação do
251 discutido nesta assembleia. Nada mais havendo a tratar o vice presidente agradeceu a presença de todos e
252 deu por encerrada a assembleia às 12h05. Eu, Helenice Fontes Alves, 1ª. secretária lavrei a presente ata.

253

254

255

256

257

Santos, 1 de setembro de 2016.

EDMIR SANTOS NASCIMENTO
Vice Presidente

HELENICE FONTES ALVES
1ª Secretária